

## **Aula 09**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Administrativo - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Tulio Lages**

18 de Agosto de 2025

## Índice

1) O que é mais cobrado no assunto - Lei 14.133/2021 - Instituto AOCF .....	3
2) Roteiro de Revisão - Licitações Públicas (Lei 14.133/2021) - Parte 1 .....	5
3) Questões Estratégicas - Lei 14.133/2021 - Parte 1 - Instituto AOCF - Médio .....	57
4) Questionário de Revisão - Lei 14.133/2021 - Parte 1 .....	68
5) Referências Bibliográficas .....	71



## O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de **2020 a 2025**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AACP**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico		% de cobrança Instituto AACP
Do Âmbito de Aplicação, Definições e Agentes Públicos (arts. 1º a 4º, 6º a 10 da Lei nº 14.133/21)		18,79%
Princípios (art. 5º da Lei nº 14.133/2021)		3,03%
Licitações (arts. 11 a 88 da Lei nº 14.133/2021)	Objetivos, Fases e Formalidades (arts. 11 a 17 da Lei nº 14.133/2021)	3,64%
	Instrução do Processo Licitatório (arts. 18 a 27 da Lei nº 14.133/2021)	3,64%
	Modalidades de Licitação (arts. 28 a 32 da Lei nº 14.133/2021)	15,76%
	Critérios de Julgamento (arts. 33 a 39 da Lei nº 14.133/2021)	1,21%
	Disposições Setoriais, Compras, Serviços (arts. 40 a 52 da Lei nº 14.133/2021)	0,61%
	Divulgação do Edital de Licitação (arts. 53 a 54 da Lei nº 14.133/2021)	0,00%
	Fases da Licitação - Julgamento, Habilitação e Encerramento (arts. 55 a 71 da Lei nº 14.133/2021)	10,30%
	Contratação Direta, Inexigibilidade e Dispensa (arts. 72 a 75 da Lei nº 14.133/2021)	9,70%
	Alienações (arts. 76 a 77 da Lei nº 14.133/2021)	1,21%
	Instrumentos Auxiliares (arts. 78 a 88 da Lei nº 14.133/2021)	3,03%
Contratos Administrativos (arts. 89 a 154 da Lei nº 14.133/2021)	Formalização dos Contratos (arts. 89 a 95 da Lei nº 14.133/2021)	0,00%
	Garantias (arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021)	1,82%
	Alocação de Riscos (art. 103 da Lei nº 14.133/2021)	0,00%
	Prerrogativas da Administração (art. 104 da Lei nº 14.133/2021)	0,61%



	Duração dos Contratos (arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133/2021)	2,42%
	Execução dos Contratos (arts. 115 a art. 123 da Lei nº 14.133/2021)	5,45%
	Alteração dos Contratos e dos Preços (art. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021)	5,45%
	Hipóteses de Extinção dos Contratos (arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021)	2,42%
	Recebimento do Objeto do Contrato (art. 140 da Lei nº 14.133/2021)	2,42%
	Pagamentos (arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021)	0,61%
	Nulidade dos Contratos (arts. 147 a 150 da Lei nº 14.133/2021)	0,00%
	Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias (arts. 151 a 154 da Lei nº 14.133/2021)	0,00%
<b>Irregularidades (arts. 155 a 173 da Lei nº 14.133/2021)</b>	Infrações e Sanções Administrativas (arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021)	3,03%
	Impugnações, Pedidos de Esclarecimento e Recursos (arts. 164 a 168 da Lei nº 14.133/2021)	1,21%
	Controle das Contratações (arts. 169 a 173 da Lei nº 14.133/2021)	1,21%
<b>Disposições Gerais (arts. 174 a 194 da Lei nº 14.133/2021)</b>	Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (arts. 174 a 176 da Lei nº 14.133/2021)	0,61%
	Alterações Legislativas (arts. 177 a 180 da Lei nº 14.133/2021)	0,00%
	Disposições Transitórias e Finais (arts. 181 a 194 da Lei nº 14.133/2021)	1,82%



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ter um bom nível de preparação no assunto, você precisa, basicamente, compreender e memorizar os pontos a seguir:

### Âmbito de aplicação da Lei 14.133/2021 (NLLC)

A Lei 14.133/2021 (NLLC) estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 1º).

A Lei abrange:	A Lei não abrange:
Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa (art. 1º, I).	As <b>empresas públicas</b> , as <b>sociedades de economia mista</b> e as suas subsidiárias, as quais são regidas pela Lei 13.303/2016, ressalvado o disposto no art. 178, que trata dos crimes incluídos no Código Penal (art. 1º, § 1º).
Os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública (art. 1º, II).	

Situações em que a Lei é aplicável: (art. 2º)	Situações não subordinadas ao regime da Lei: (art. 3º)
I - alienação e concessão de direito real de uso de bens;	I - contratos que tenham por objeto <b>operação de crédito</b> , interno ou externo, e <b>gestão de dívida pública</b> , incluídas as contratações de



II - compra, inclusive por encomenda; III - locação; IV - concessão e permissão de uso de bens públicos; V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados; VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia; VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.	agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos;  II - contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria.
---	---

- **ATENÇÃO:** a NLLC foi elaborada pela União com base em sua competência constitucional para legislar privativamente sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades (art. 22, XXVII, da CF/88).

Porém, o STF<sup>1</sup> já proferiu entendimento no sentido de que os demais entes federativos têm competência para editar legislação invertendo a ordem das fases do procedimento da licitação, sem que isso caracterize afronta à competência da União para legislar sobre normas gerais de licitação.

A tese firmada pelo Supremo foi a de que "São constitucionais as leis dos Estados, Distrito Federal e Municípios que, no procedimento licitatório, antecipam a fase da apresentação das propostas à da habilitação dos licitantes, em razão da competência dos demais entes federativos de legislar sobre procedimento administrativo".

No julgado, inclusive, o STF deixou claro que esse entendimento é válido mesmo com o advento da Lei 14.133/2021.

## Princípios previstos na Lei

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim*

<sup>1</sup> STF – RE 1.188.352 – Tema 1036



*como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

- Mnemônico: **JOVeM, SEMPRE LICITE Com Planejamento Pro País Desenvolver Sustentavelmente** (22 princípios)

#### Jo - Julgamento Objetivo

- A proposta deve ser avaliada objetivamente com base nos critérios previamente definidos no edital, evitando subjetividade.

#### Ve - Vinculação ao Edital

- O edital é a lei interna da licitação e deve ser rigorosamente seguido pelos licitantes e pela Administração.

#### M – Motivação

- Os atos da licitação devem ser justificados, com indicação dos pressupostos de fato e de direito.

#### S - Segregação de funções

- Um mesmo agente público não pode acumular atribuições relevantes e sujeitas a risco.

- Visa evitar ocultação de erros e ocorrência de fraudes (art. 7º, § 1º).

#### E – Economicidade

- Minimização de custos, sem comprometimento da qualidade.

#### M – Moralidade

- Exigência de que os agentes que conduzam licitações atuem com ética, boa-fé e honestidade, evitando troca de favores e atos de corrupção.

- Previsões relevantes sobre a moralidade na NLLC:

1) Obrigatoriedade de implantação de programa de integridade, nas contratações de grande vulto, em até seis meses após a celebração do contrato (art. 25, § 2º);

2) Vedada a contratação, pela empresa terceirizada, de cônjuge/companheiro e parentes (até 3º grau) de dirigentes ou agentes públicos envolvidos na licitação ou no contrato (art. 48, parágrafo único).



## P – Publicidade

- Os atos das licitações são públicos, devendo ser divulgados para o conhecimento de todos os interessados (licitantes, cidadãos, órgãos de controle).

- Exceções:

1) informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado (art. 13);

2) Publicidade diferida (art. 13, parágrafo único);

3) Sigilo das propostas: até a abertura;

4) Orçamento pode ser sigiloso mediante justificativa (não oponível para o controle interno e externo).

## R – Razoabilidade

- Bom senso.

- Vedação aos excessos, evitando-se soluções absurdas, bizarras e desarrazoadas.

## E – Eficiência

- Relação entre os custos e os produtos (contratar produtos de qualidade, com celeridade e a custos aceitáveis).

- Gerar resultados positivos para a população.

## L – Legalidade

- A administração deverá seguir as regras definidas em lei e observar o devido processo legal.

## I – Impessoalidade

- Proibição de tratamento favorecido ou persecutório aos licitantes, sendo vedadas discriminações indevidas.

- Negação da subjetividade, do capricho e da arbitrariedade.

- A atuação da administração deverá buscar atender ao interesse público (finalidade).

## C – Celeridade

- A licitação pública deverá ser realizada dentro de prazo razoável.





- Instrumentos para aumentar a celeridade:

- 1) Julgamento antes da habilitação como regra geral (art. 17)
- 2) Prioridade na tramitação dos licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama (art. 25, § 6º)

### I - Igualdade

- Vedação ao estabelecimento de discriminações, favorecimentos ou exigências indevidas, uma vez que os licitantes devem concorrer em igualdade de condições.

- Flexibilizações à isonomia e a igualdade:

- 1) Critério de preferência, em caso de empate, de empresas estabelecidas no Estado do órgão estadual/municipal licitante e, em seguida, de empresas brasileiras (art. 60, II e III).
- 2) Margem de preferência para produtos reciclados/recicláveis/biodegradáveis, bem como para produtos/serviços nacionais que sigam normas técnicas brasileiras (art. 26)
- 3) Direito de preferência para ME e EPP (art. 44 da LC 123/2006)
- 4) Medidas de compensação (art. 26, § 6º)
- 5) Licitação restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País nas contratações de sistema de TIC estratégicos (art. 26, § 7º);
- 6) Utilização de mão de obra e insumos do local (art. 25, § 2º).

### T – Transparência

- Divulgação das informações em formato compreensível, claro, de fácil entendimento para a população.

### E – Eficácia

- Cumprimento dos objetivos e metas previamente estabelecidos.

### Com – COMpetitividade

- Para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, é essencial assegurar a justa e efetiva competição entre os licitantes.



- Vedação ao estabelecimento de exigências impertinentes ou irrelevantes para o objeto da licitação ou de quaisquer situações que comprometam seu caráter competitivo (art. 9º, I, "a" e "c").
- Diretriz para parcelamento das licitações destinadas a compras (art. 40, V, 'b'), com vistas a ampliar o número de licitantes

### Planejamento – Planejamento

- A Administração deve estudar o que pretender adquirir e detalhar suas reais necessidades na fase preparatória para garantir os resultados pretendidos, com riscos e custos controlados.
- Instrumentos importantes:
  - 1) Estudo técnico preliminar – ETP (art. 18, I)
  - 2) Permite à Administração identificar suas reais necessidades, estimar quantidades, analisar opções do mercado e levantar preços (art. 18, § 1º).
  - 3) Plano anual de contratações – PCA (art. 12, VII):
  - 4) Instrumento facultativo que consolida, a cada ano, as contratações previstas pelos entes federativos, visando racionalizar gastos, alinhar com o planejamento estratégico e subsidiar a lei orçamentária anual.

### Pro – PROporcionalidade

- Restrições, exigências e sanções não podem ser exageradas.
- As limitações impostas pela administração devem guardar correlação entre os meios e os fins.

### Pa - Probidade Administrativa

- Atuação com base na moral, nos bons costumes, nas regras de boa administração, nos princípios da justiça e de equidade, honestidade.

### Í - Interesse Público

- A licitação busca atender ao bem comum, priorizando as necessidades da coletividade, em atenção ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

### S – Segurança Jurídica

- Estabilidade das relações jurídicas e previsibilidade da atuação estatal.



- Uniformidade de entendimentos.

### Desenvolver sustentavelmente – DESENVOLVimento nacional SUSTENTÁVEL

- As licitações públicas não se destinam apenas a selecionar propostas pelo aspecto econômico em sentido estrito.

- Adoção de requisitos ambientais (princípio da licitação sustentável);

- Preocupação com o desenvolvimento social.

- Exemplos de materialização do princípio do desenvolvimento sustentável na NLLC:

1) Anteprojetos de engenharia e projetos básicos devem considerar impactos ambientais (art. 6º, XXIV e XXV).

2) ETP deve incluir impactos ambientais e medidas mitigadoras e requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos (art. 18, § 1º, XII).

3) Critério de preferência para empresas que adotem práticas mitigadoras de emissões de gases e consumo de recursos (art. 60, § 1º, IV).

4) Margem de preferência para:

a) Produtos reciclados, recicláveis ou biodegradáveis (art. 26, II);

b) Bens e serviços que atendam a normas técnicas brasileiras (art. 26, I);

c) Inovação e desenvolvimento tecnológico no País (art. 26, § 2º).

## Definições

Além de trazer um rol extenso de princípios, a NLLC traz um rol mais extenso ainda de definições (art. 6º). Por uma questão didática, deixaremos para trabalhar várias delas em seus respectivos tópicos. Contudo, já trazemos a seguir algumas definições mais gerais:

*Art. 6º, I - **órgão**: unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública;*

*II - **entidade**: unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;*

*III - **Administração Pública**: administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas;*

*IV - **Administração**: órgão ou entidade por meio do qual a Administração Pública atua; (...)*

*VII - **contratante**: pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação;*



VIII - **contratado**: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração;

IX - **licitante**: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta; (...)

XXXVI - **serviço nacional**: serviço prestado em território nacional, nas condições estabelecidas pelo Poder Executivo federal;

XXXVII - **produto manufaturado nacional**: produto manufaturado produzido no território nacional de acordo com o processo produtivo básico ou com as regras de origem estabelecidas pelo Poder Executivo federal; (...)

LII - **sítio eletrônico oficial**: sítio da internet, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o ente federativo divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades; (...)

LV - **produtos para pesquisa e desenvolvimento**: bens, insumos, serviços e obras necessários para atividade de pesquisa científica e tecnológica, desenvolvimento de tecnologia ou inovação tecnológica, discriminados em projeto de pesquisa;

## Agentes públicos

Inicialmente, vejamos como a NLLC define agente público e autoridade (art. 6º):

Art. 6º, V - **agente público**: indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

VI - **autoridade**: agente público dotado de poder de decisão;

A autoridade máxima do órgão ou da entidade tem a atribuição de promover **gestão por competências** e designar **agentes públicos** para o desempenho das **funções essenciais** à execução da Lei de Licitações, os quais devem preencher os seguintes requisitos (art. 7º):

I - serem, **preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes** da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Deve ser observado pela autoridade o **princípio da segregação de funções**, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo



a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação (art. 7º, § 1º).

Tanto essa regra de segregação como o atendimento aos requisitos acima citados também se aplicam aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração (art. 7º, § 2º).

## Agente de contratação

A licitação será conduzida por **agente de contratação** (art. 8º), assim definido:

*Art. 6º, LX - **agente de contratação**: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.*

Observe que enquanto para as **demais funções** relacionadas à licitação os servidores devem ser **preferencialmente efetivos** (art. 7º), o **agente de contratação necessariamente deve ser servidor efetivo** (art. 8º).

O agente de contratação será auxiliado por **equipe de apoio** e **responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe** (art. 8º, § 1º).

## Comissão de Contratação

Em licitação que envolva **bens ou serviços especiais** é possível substituir o agente de contratação por **comissão de contratação**, assim definida:

*Art. 6º, L - **comissão de contratação**: conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;*

Nesse caso, a **comissão de contratação** será formada por, **no mínimo, 3 membros**, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão (art. 8º, § 2º).

Caso a licitação envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, é possível **a contratação, por prazo determinado, do serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar** os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.



## Pregoeiro

Se a modalidade de licitação for o **pregão**, o **agente responsável** pela condução do certame será designado **pregoeiro** (art. 8º, § 5º).

## Vedações aos agentes públicos atuantes na área de licitações e contratos

Os agentes públicos designados para atuar na área de licitações e contratos estão sujeitos às seguintes **vedações** (art. 9º):

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) **comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo** do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam **preferências ou distinções** em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer **tratamento diferenciado** de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor **resistência injustificada ao andamento** dos processos e, indevidamente, **retardar ou deixar de praticar ato de ofício**, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

Os agentes públicos do órgão ou entidade licitante ou contratante não podem participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego (art. 9º, § 1º).

Visando trazer maior segurança jurídica às autoridades competentes e aos servidores públicos que tiverem participado dos procedimentos relacionados às licitações e aos contratos, a Lei incluiu a possibilidade de a **advocacia pública** promover, a critério do agente público, **sua representação judicial ou extrajudicial** para defendê-lo nas esferas administrativa, controladora ou judicial em razão de ato praticado com estrita observância de orientação constante em parecer jurídico elaborado pelo assessoramento jurídico da Administração na etapa preparatória (art. 10).

A possibilidade da defesa pela advocacia pública existe mesmo na hipótese de o agente público não mais ocupar o cargo, emprego ou função em que foi praticado o ato questionado (art. 10, § 2º).



Essa possibilidade deixa de existir no caso de provas da prática de atos ilícitos dolosos constarem nos autos do processo administrativo ou judicial (art. 10, § 1º).

## Licitações

### Processo licitatório

Os **objetivos** do processo licitatório são os seguintes (art. 11):

- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o **resultado** de contratação **mais vantajoso** para a Administração Pública, **inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto**;
- II - assegurar **tratamento isonômico** entre os licitantes, bem como a justa competição;
- III - **evitar** contratações com **sobrepço** ou com preços manifestamente **inexequíveis** e **superfaturamento** na execução dos contratos;
- IV - incentivar a **inovação** e o **desenvolvimento** nacional sustentável.

Tenha atenção ao fato de que entre os objetivos está o "resultado mais vantajoso para a Administração Pública", o que não necessariamente significa o de menor custo. Ao considerar o ciclo de vida do objeto, pode se dar preferência, por exemplo, ao objeto que mesmo sendo mais caro tem maior vida útil.

### Sobrepço e superfaturamento

<b>Sobrepço</b> (art. 6º, inciso LVI)	<b>Superfaturamento</b> (art. 6º, inciso LVII)
<p>Preço orçado para licitação ou contratado em <b>valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado</b>.</p> <p>Pode ser de apenas 1 item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, ou do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada.</p>	<p><b>Dano provocado ao patrimônio</b> da Administração, caracterizado, entre outras situações, por:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) medição de quantidades <b>superiores às efetivamente executadas ou fornecidas</b>;</li><li>b) deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em <b>diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança</b>;</li><li>c) alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem <b>desequilíbrio</b></li></ul>





	<p>econômico-financeiro do contrato em favor do contratado;</p> <p>d) outras alterações de cláusulas financeiras que gerem <b>recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma</b> físico-financeiro, <b>prorrogação injustificada</b> do prazo contratual com <b>custos adicionais</b> para a Administração ou <b>reajuste irregular</b> de preços;</p>
--	---

## Observações importantes sobre o processo licitatório (art. 12)

I - os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) (art. 12, § 2º)

II - os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvadas as licitações de âmbito internacional;

III - o desatendimento de exigências **meramente formais que não comprometam** a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta **não importará seu afastamento** da licitação ou a invalidação do processo;

IV - a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão elaborar **plano de contratações anual**, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.





O plano de contratações anual **deverá** ser divulgado e mantido à disposição do público em **sítio eletrônico oficial** e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos.

Sobre o art. 12, você deve ter atenção a dois aspectos principais. O primeiro é o princípio do formalismo moderado, pois o inciso III permite que a Administração releve desatendimento a exigências meramente formais.

O segundo é a criação do **plano de contratações anual**, que é um instrumento de planejamento da Administração Pública, que se torna relevante até pelo fato de o planejamento ser um dos princípios expressos no art. 5º da Lei. Portanto, vale fixar os seus **objetivos**:

- racionalizar as contratações dos órgãos e entidades;
- garantir o alinhamento com seu planejamento estratégico;
- subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

## Publicidade dos atos praticados no processo licitatório

Os atos praticados no processo licitatório **são públicos**, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (art. 13).

Há, porém, duas possibilidades de publicidade diferida (art. 13, § 1º):

- I - quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
- II - quanto ao orçamento da Administração.

O diferimento quanto ao conteúdo é obrigatório, pois as propostas só podem ser divulgadas quando da abertura.

O diferimento quanto ao orçamento é facultativo e deverá ser justificado pela Administração (art. 24):

*Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:*

*I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo;*

No texto enviado para sanção, o inciso II do art. 24 previa que o orçamento seria público após o julgamento, contudo esse inciso foi vetado, de forma que ficou uma lacuna legal, não havendo previsão na Lei sobre quando deverá ocorrer a divulgação do orçamento estimado no caso do seu diferimento.



De qualquer forma, é certo que ele deverá ser divulgado até a conclusão da licitação, sendo o que se interpreta, por exemplo, do art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei, que trata dos elementos do estudo técnico preliminar:

*Art. 18, § 1º, VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.*

Cabe acrescentar que, conforme parágrafo único do art. 24, na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por **maior desconto**, o preço estimado ou o máximo aceitável **constará do edital** da licitação.

## Proibição de disputar licitação ou participar da execução de contrato

**Não poderão** disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente (art. 14):

I - **autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo**, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º).

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do **projeto básico ou do projeto executivo**, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, **impossibilitada** de participar da licitação em **decorrência de sanção** que lhe foi imposta;

Esse impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 1º).

IV - aquele que mantenha **vínculo** de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil **com dirigente do órgão ou entidade** contratante **ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização** ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;



V - empresas controladoras, controladas ou coligadas concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Apesar da proibição da participação dos autores dos projetos (incisos I e II), a Lei traz as seguintes possibilidades:

- A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor ou a empresa responsável poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

- A vedação não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução (art. 14, § 4º).

## Participação de consórcio na licitação

A pessoa jurídica pode participar de licitação em **consórcio**, devendo ser observadas as seguintes normas (art. 15):

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio (art. 15, § 3º).

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% a 30% sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção (art. 15, § 1º), exigência esta que não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas (art. 15, § 2º).



IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

A Administração poderá vedar a participação das empresas em consórcio, mas, nesse caso, a vedação deverá ser devidamente justificada no processo licitatório (art. 15).

Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas (art. 15, § 4º).

A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato (art. 15, § 5º).

## Participação de cooperativa

É possível a participação de **profissionais** organizados sob a **forma de cooperativa** quando (art. 16):

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, **vedado à Administração indicar nominalmente pessoas**;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas de trabalho (enquadradas na Lei 12.690/2012), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

## Fases do processo de licitação



O art. 17 traz as **fases do processo de licitação**, que seguem a seguinte sequência:

- I - preparatória;
- II - de divulgação do edital de licitação;
- III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
- IV - de julgamento;
- V - de habilitação;
- VI - recursal;
- VII - de homologação.

O rito procedimental acima serve tanto para o **pregão** como para a **concorrência** (art. 29).

Conforme sequência acima, a regra geral é que a habilitação ocorra **após** a apresentação das propostas e o julgamento, contudo, **desde que mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes e expressamente previsto no edital de licitação**, é possível que a habilitação **anteceda** essas etapas (art. 17, § 1º), de forma que a sequência ficaria a seguinte:

- I - preparatória;
- II - de divulgação do edital de licitação;
- V - de habilitação;
- III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
- IV - de julgamento;
- VI - recursal;
- VII - de homologação.

## A forma eletrônica é a preferencial nas licitações

As licitações devem ser realizadas **preferencialmente sob a forma eletrônica**, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo (art. 17, § 2º).



- a) Nos procedimentos realizados por meio eletrônico, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico (art. 17, § 4º).
- b) Na hipótese excepcional de licitação sob a forma presencial, a sessão pública de apresentação de propostas deverá ser gravada em áudio e vídeo, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento (art. 17, § 5º).

## Amostras, prova de conceito e outros testes

Desde que previsto no edital, na fase de julgamento, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico (art. 17, § 3º).

## Fase preparatória

### Instrução do Processo Licitatório

A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos (art. 18):

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;



VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação.

## Estudo Técnico Preliminar

O estudo técnico preliminar é assim definido no art. 6º da Lei:

*Art. 6º, XX - **estudo técnico preliminar**: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;*

O estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos (art. 18, §§ 1º e 2º):

Elementos Obrigatórios	Elementos Facultativos
I - descrição da <b>necessidade</b> da contratação, considerado o <b>problema a ser resolvido</b> sob a perspectiva do interesse público;  IV - estimativas das <b>quantidades</b> para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências	II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, <b>sempre que elaborado</b> , de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;  III - requisitos da contratação;  V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa





<p>com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;</p> <p>VI - <b>estimativa do valor</b> da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;</p> <p>VIII - justificativas para o <b>parcelamento ou não</b> da contratação;</p> <p>XIII - <b>posicionamento conclusivo sobre a adequação</b> da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.</p>	<p>técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;</p> <p>VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;</p> <p>IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;</p> <p>X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;</p> <p>XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;</p> <p>XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;</p>
--	---

Quanto aos elementos facultativos, quando não forem contemplados, deverão ser apresentadas as devidas justificativas (art. 18, § 2º).

Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa (art. 44).

Quando se tratar de estudo técnico preliminar para contratação de **obras e serviços comuns de engenharia**, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto **poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos** (art. 18, § 3º).





## Termo de Referência, Projeto Básico e Projeto Executivo

As definições de termo de referência, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo constam no art. 6º da Lei. Como nas definições são trazidos os seus elementos, elas acabam ficando bastante extensas, motivo pelo qual consolidamos a seguir os seus principais aspectos:

**Termo de referência:** documento necessário para a contratação de **bens e serviços**, que deve conter os parâmetros e elementos descritivos, tais quais:

- definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- requisitos da contratação;
- modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- critérios de medição e de pagamento;
- estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte.

**Anteprojeto:** peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, devendo conter elementos como:

- demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnico-econômico-social do empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado;
- prazo de entrega;
- estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência, quando cabível;
- proposta de concepção da obra ou do serviço de engenharia;
- memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação.

**Projeto básico:** conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter elementos como:



- levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;
- identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações;
- informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra;
- subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- orçamento detalhado do custo global da obra.

**Projeto executivo:** conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

### Órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos

Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão (art. 19):

- I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a **centralização dos procedimentos** de aquisição e contratação de bens e serviços;
- II - criar **catálogo eletrônico de padronização** de compras, serviços e obras, **admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos**;

O catálogo poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de **menor preço ou o de maior desconto** e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos (art. 19, § 1º). O art. 6º assim o define:

*Art. 6º, LI - **catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras:** sistema informatizado, de gerenciamento centralizado e com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem adquiridos pela Administração Pública e que estarão disponíveis para a licitação;*

- III - instituir **sistema informatizado de acompanhamento de obras**, inclusive com recursos de imagem e vídeo;



IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, **modelos de minutas** de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, **admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos**;

V - promover a **adoção gradativa de tecnologias e processos integrados** que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia.

A não utilização do catálogo eletrônico de padronização ou dos modelos de minutas deverá ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório (art. 19, § 2º).

Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, **vedada a aquisição de artigos de luxo** (art. 20).

Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem definir em regulamento os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo (art. 20, § 1º).

### Valor Previamente Estimado da Contratação

O valor previamente estimado da contratação deve ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. (art. 23)

Para a aquisição de **bens e contratação de serviços em geral**, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não (art. 23, § 1º):

I - composição de **custos unitários menores ou iguais à mediana** do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**;

II - **contratações similares feitas pela Administração Pública**, em execução ou concluídas no período de **1 ano anterior à data da pesquisa de preços**, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em **mídia especializada**, de **tabela de referência** formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios **eletrônicos especializados** ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;



IV - **pesquisa direta com no mínimo 3 fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na **base nacional de notas fiscais eletrônicas**.

No caso da **contratação de obras e serviços de engenharia**, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros **na seguinte ordem** (observe que, diferente dos bens e serviços em geral, aqui há ordem de preferência que obrigatoriamente deve ser seguida) (art. 23, § 2º):

I - composição de custos unitários **menores ou iguais à mediana do item** correspondente:

a) do Sistema de Custos Referenciais de Obras (**Sicro**), para serviços e obras de infraestrutura de transportes; ou

b) do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (**Sinapi**), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em **mídia especializada**, de **tabela de referência** formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de **sítios eletrônicos especializados** ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - **contratações similares** feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de **1 ano anterior** à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na **base nacional de notas fiscais eletrônicas**.

Desde que não envolvam recursos da União, nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, o valor previamente estimado da contratação poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo (art. 23, § 3º).

Nas contratações diretas por **inexigibilidade ou por dispensa**, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma acima citada, o **contratado** deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo (art. 23, § 4º).

## Edital

O edital deverá conter (art. 25):



- o objeto da licitação;
- as regras relativas:
  - à convocação;
  - ao julgamento;
  - à habilitação;
  - aos recursos e às penalidades da licitação;
  - à fiscalização e à gestão do contrato;
  - à entrega do objeto; e
  - às condições de pagamento.

Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes (art. 25, § 1º).

Desde que não sejam causados prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes **no local da execução, conservação e operação** do bem, serviço ou obra (art. 25, § 2º).

**Todos os elementos do edital**, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, deverão ser **divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital**, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso (art. 25, § 3º).

Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de **grande vulto**, o edital **deverá** prever a **obrigatoriedade** de implantação de **programa de integridade pelo licitante vencedor**, no prazo de **6 meses**, contado da celebração do contrato (art. 25, § 4º).

O parâmetro para se considerar uma obra ou serviço como de grande vulto está na sua própria definição, constante do art. 6º da Lei:

*Art. 6º, XXII - **obras, serviços e fornecimentos de grande vulto**: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (~~duzentos milhões de reais~~) **R\$ 250.902.323,87** (duzentos e cinquenta milhões novecentos e dois mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos) (valor atualizado pelo Decreto 12.343/2024)*

O edital poderá prever a responsabilidade do contratado pela (art. 25, § 5º):

- I - obtenção do licenciamento ambiental;
- II - realização da desapropriação autorizada pelo poder público.



O edital poderá exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por (art. 25, § 9º):

- I - mulheres vítimas de violência doméstica;
- II - oriundos ou egressos do sistema prisional.

## Margem de preferência

No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para (art. 26)

- I - bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;
- II - bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.

A margem de preferência não se aplica aos bens manufaturados nacionais e aos serviços nacionais se a capacidade de produção desses bens ou de prestação desses serviços no País for inferior (art. 26, § 5º):

- I - à quantidade a ser adquirida ou contratada; ou
- II - aos quantitativos fixados em razão do parcelamento do objeto, quando for o caso.

## Modalidades de Licitação



A Lei prevê as seguintes modalidades de licitação:

- I - pregão;
- II - concorrência;
- III - concurso;
- IV - leilão;
- V - diálogo competitivo.



Vêm sendo comuns questões comparando as modalidades com as da Lei 8.666/93. Tenha atenção ao fato de que as modalidades **convite e tomada de preços, previstas na Lei 8.666/93, deixam de existir com a Lei 14.133/2021.**

As definições das modalidades estão no art. 6º da Lei:

Art. 6º, XLI - **pregão**: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de **bens e serviços comuns**, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;  
XXXVIII - **concorrência**: modalidade de licitação para contratação de **bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia**, cujo critério de julgamento poderá ser:  
a) menor preço;  
b) melhor técnica ou conteúdo artístico;  
c) técnica e preço;  
d) maior retorno econômico;  
e) maior desconto;  
XXXIX - **concurso**: modalidade de licitação para escolha de **trabalho técnico, científico ou artístico**, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor;  
XL - **leilão**: modalidade de licitação para **alienação** de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;  
XLII - **diálogo competitivo**: modalidade de licitação para contratação de **obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados** mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;

No próprio art. 6º estão definidos os bens e serviços comuns e os especiais:

Art. 6º, XIII - **bens e serviços comuns**: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;  
XIV - **bens e serviços especiais**: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste art., exigida justificativa prévia do contratante;



Modalidade	Objeto	Critérios de julgamento
Pregão	- Bens e serviços comuns	- Menor preço





		- Maior desconto
<b>Concorrência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bens e serviços especiais</li> <li>- Obras e serviços comuns e especiais de engenharia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Menor preço</li> <li>- Maior desconto</li> <li>- Melhor técnica ou conteúdo artístico</li> <li>- Técnica e preço</li> <li>- Maior retorno econômico</li> </ul>
<b>Concurso</b>	- Trabalho técnico, científico ou artístico	- Melhor técnica ou conteúdo artístico (concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor)
<b>Leilão</b>	Alienação de: <ul style="list-style-type: none"> <li>- bens imóveis</li> <li>- bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos</li> </ul>	- Maior lance
<b>Diálogo competitivo</b>	- Obras, serviços e compras	Diálogos com licitantes previamente selecionados, os quais apresentam proposta final após o encerramento dos diálogos.

É **vedada** a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação das modalidades acima citadas (art. 28, § 2º).

## Pregão e Concorrência

O pregão e a concorrência seguem **rito procedimental comum**. Como vimos no quadro acima, a principal diferença entre as modalidades consiste no objeto (comuns x especiais).





**Sempre** que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser **objetivamente definidos pelo edital**, por meio de especificações usuais de mercado, deve ser adotada a modalidade **pregão** (art. 29).

O **pregão não se aplica** às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia.

**Exceção:** os **serviços comuns de engenharia**, assim definidos como aqueles que têm por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens (art. 29, parágrafo único, c/c art. 6º, XXI, 'a').

## Concurso

O **concurso** observará as regras e condições previstas em edital, que indicará (art. 30):

- I - a qualificação exigida dos participantes;
- II - as diretrizes e formas de apresentação do trabalho;
- III - as condições de realização e o prêmio ou remuneração a ser concedida ao vencedor.

Nos concursos destinados à elaboração de projeto, o vencedor deverá ceder à Administração Pública todos os direitos patrimoniais relativos ao projeto e autorizar sua execução conforme juízo de conveniência e oportunidade das autoridades competentes (art. 30, parágrafo único).

## Leilão

O **leilão** poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração (art. 31).

Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo (art. 31, § 1º):

- mediante **credenciamento**; ou
- licitação na modalidade **pregão**.

Se for por pregão, o critério de julgamento deve ser de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.



O leilão será precedido da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, que conterá (art. 31, § 2º):

- I - a descrição do bem, com suas características, e, no caso de imóvel, sua situação e suas divisas, com remissão à matrícula e aos registros;
- II - o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, a comissão do leiloeiro designado;
- III - a indicação do lugar onde estiverem os móveis, os veículos e os semoventes;
- IV - o sítio da internet e o período em que ocorrerá o leilão, salvo se excepcionalmente for realizado sob a forma presencial por comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização;
- V - a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados.

O leilão (art. 31, § 4º):

- a) não exigirá registro cadastral prévio;
- b) não terá fase de habilitação;
- c) deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

## Diálogo Competitivo

A modalidade **diálogo competitivo** é restrita a contratações em que a Administração (art. 32):

I - vise a contratar objeto que envolva as seguintes **condições**:

- a) inovação tecnológica ou técnica;
- b) impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e
- c) impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração;

II - verifique a necessidade de **definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades**, com destaque para os seguintes aspectos:

- a) a solução técnica mais adequada;



- b) os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida;
- c) a estrutura jurídica ou financeira do contrato.

Disposições a serem observadas na modalidade diálogo competitivo (art. 32, § 1º):

I - quando da divulgação do edital no site oficial, a Administração apresentará suas **necessidades e as exigências já definidas** e estabelecerá **prazo mínimo de 25 dias úteis para manifestação** de interesse na participação da licitação;

II - os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes deverão ser previstos em edital, e **serão admitidos todos os interessados que preencherem os requisitos** objetivos estabelecidos;

III - a divulgação de informações de modo discriminatório que possa implicar vantagem para algum licitante será vedada;

IV - a Administração não poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento;

V - a fase de **diálogo poderá ser mantida** até que a Administração, em decisão fundamentada, identifique a solução ou as soluções que **atendam às suas necessidades**;

VI - as **reuniões** com os licitantes pré-selecionados serão **registradas em ata e gravadas** mediante utilização de recursos tecnológicos de áudio e vídeo;

VII - o edital poderá prever a realização de fases sucessivas, caso em que cada fase poderá restringir as soluções ou as propostas a serem discutidas;

VIII - a Administração deverá, **ao declarar que o diálogo foi concluído**:

- juntar aos autos do processo licitatório os registros e as gravações da fase de diálogo;
- iniciar a fase competitiva com a divulgação de edital contendo a especificação da solução que atenda às suas necessidades e os critérios objetivos a serem utilizados para seleção da proposta mais vantajosa;
- abrir prazo, não inferior a 60 dias úteis, para todos os licitantes pré-selecionados apresentarem suas propostas, que deverão conter os elementos necessários para a realização do projeto;

IX - a Administração poderá solicitar esclarecimentos ou ajustes às propostas apresentadas, desde que não impliquem discriminação nem distorçam a concorrência entre as propostas;

X - a Administração definirá a proposta vencedora de acordo com critérios divulgados no início da fase competitiva, assegurada a contratação mais vantajosa como resultado;



XI - o diálogo competitivo será conduzido por **comissão de contratação** composta de pelo menos **3 servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes** da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão;

- esses profissionais contratados para assessoramento técnico assinarão termo de confidencialidade e abster-se-ão de atividades que possam configurar conflito de interesses (art. 32, § 2º).

## Critérios de Julgamento

O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios (art. 33):

- I - menor preço;
- II - maior desconto;
- III - melhor técnica ou conteúdo artístico;
- IV - técnica e preço;
- V - maior lance, no caso de leilão;
- VI - maior retorno econômico.

No julgamento por **menor preço** ou **maior desconto** e, quando couber, por **técnica e preço** considerará o **menor dispêndio para a Administração**, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação (art. 34).

Poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida (art. 34, § 1º).

O julgamento por **maior desconto** terá como referência o **preço global fixado no edital** de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos (art. 34, § 2º).

O julgamento por **melhor técnica ou conteúdo artístico** considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes, e o edital deverá definir o prêmio ou a remuneração que será atribuída aos vencedores, podendo o critério ser utilizado para a contratação de projetos e trabalhos de natureza técnica, científica ou artística (art. 35).



O julgamento por **técnica e preço** considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta (art. 36).

O critério de julgamento técnica e preço será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de (art. 36, § 1º):

I - **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser **preferencialmente empregado**;

Os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual estão assim definidos no art. 6º:

*Art. 6º, XVIII - **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**: aqueles realizados em trabalhos relativos a:*

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;*
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;*
- c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;*
- d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;*
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;*
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;*
- h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso;*

II - serviços majoritariamente dependentes de **tecnologia sofisticada e de domínio restrito**, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;

III - bens e serviços especiais de **tecnologia da informação e de comunicação**;

IV - obras e serviços especiais de engenharia;

V - objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, quando essas soluções e variações puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, conforme critérios objetivamente definidos no edital de licitação.

No julgamento por técnica e preço (art. 36, § 2º):

a) primeiramente deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas;

b) em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na **proporção máxima de 70%** de valoração para a **proposta técnica**.



O **desempenho pretérito** na execução de contratos com a Administração Pública **deverá** ser considerado na **pontuação técnica** (art. 36, § 3º).

O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por (art. 37):

I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;

III - atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida em documentos comprobatórios e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

No julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, a obtenção de pontuação devido à capacitação técnico-profissional exigirá que a execução do respectivo contrato tenha **participação direta e pessoal do profissional correspondente** (art. 38).

O julgamento por **maior retorno econômico** é utilizado exclusivamente para a celebração de **contrato de eficiência**, assim conceituado no art. 6º da Lei:

*Art. 6º, LIII - contrato de eficiência: contrato cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada;*

No caso, o julgamento por maior retorno econômico considerará a **maior economia** para a Administração, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato (art. 39). Nas licitações que adotarem esse critério de julgamento, os licitantes apresentarão (art. 39, § 1º):

I - **proposta de trabalho**, que deverá contemplar:

- a) as obras, os serviços ou os bens, com os respectivos prazos de realização ou fornecimento;
- b) a economia que se estima gerar, expressa em unidade de medida associada à obra, ao bem ou ao serviço e em unidade monetária;

II - **proposta de preço**, que corresponderá a percentual sobre a economia que se estima gerar durante determinado período, expressa em unidade monetária.



O edital da licitação deverá prever **parâmetros objetivos de mensuração da economia gerada com a execução do contrato**, que servirá de base de cálculo para a remuneração devida ao contratado (art. 39, § 2º), sendo que, para efeito de julgamento da proposta, o retorno econômico será o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço (art. 39, § 3º).

**Não tendo sido gerada a economia** prevista no contrato de eficiência (art. 39, § 4º):

I - a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida será descontada da remuneração do contratado;

II - se a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior ao limite máximo estabelecido no contrato, o contratado sujeitar-se-á, ainda, a outras sanções cabíveis.

## Disposições Setoriais

### Compras

As compras são assim definidas no art. 6º da Lei:

*Art. 6º, X - **compra**: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;*

O **planejamento de compras** deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte (art. 40):

I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

III - determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo;

IV - condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;

V - atendimento aos **princípios**:

a) da **padronização**, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do **parcelamento**, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;





c) da **responsabilidade fiscal**, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados (art 40, § 2º):

- I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
- II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

O parcelamento **não será adotado quando** (art 40, § 3º):

- I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
- II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
- III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

**Excepcionalmente**, no caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá (art. 41):

I - **indicar** uma ou mais **marcas** ou **modelos**, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de **padronização** do objeto;
- b) em decorrência da necessidade de manter a **compatibilidade** com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os **únicos capazes** de atender às necessidades do contratante;
- d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser **mais bem compreendida** pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir **apenas como referência**;

II - exigir **amostra ou prova de conceito** do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do





contrato ou da ata de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;

Essa exigência é restrita ao licitante provisoriamente vencedor quando realizada na fase de julgamento das propostas ou de lances (art. 41, parágrafo único).

III - **vedar a contratação de marca ou produto**, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual;

IV - solicitar, motivadamente, **carta de solidariedade emitida pelo fabricante**, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante **revendedor ou distribuidor**.

O processo de padronização deverá conter (art. 43):

I - parecer técnico sobre o produto, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia;

II - despacho motivado da autoridade superior, com a adoção do padrão;

III - síntese da justificativa e descrição sucinta do padrão definido, divulgadas em sítio eletrônico oficial.

## Obras e Serviços de Engenharia

O art. 6º da Lei define o que são obras e serviços de engenharia:

*Art. 6º, XII - **obra**: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;*

*XXI - **serviço de engenharia**: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:*

*a) **serviço comum** de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;*

*b) **serviço especial de engenharia**: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea "a" deste inciso;*

As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a (art. 45):



- I - disposição final **ambientalmente adequada** dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- II - mitigação por **condicionantes e compensação ambiental**, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a **redução do consumo de energia e de recursos naturais**;
- IV - avaliação de **impacto de vizinhança**, na forma da legislação urbanística;
- V - proteção do **patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial**, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;
- VI - **acessibilidade** para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

## Regimes de execução indireta de obras e serviços de engenharia

Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes, os quais constam a seguir com suas respectivas definições previstas no art. 6º (art. 46):

- I - empreitada por preço unitário;

Art. 6º, XXVIII - **empreitada por preço unitário**: contratação da execução da obra ou do serviço por **preço certo de unidades determinadas**;

- II - empreitada por preço global;

Art. 6º, XXIX - **empreitada por preço global**: contratação da execução da obra ou do serviço por **preço certo e total**;

- III - empreitada integral;

Art. 6º, XXX - **empreitada integral**: contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida **a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações** necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional;

- IV - contratação por tarefa;

Art. 6º, XXXI - **contratação por tarefa**: regime de contratação de **mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo**, com ou sem fornecimento de materiais;

- V - contratação integrada;



Art. 6º, XXXII - **contratação integrada**: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os **projetos básico e executivo**, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

VI - contratação semi-integrada;

Art. 6º, XXXIII - **contratação semi-integrada**: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o **projeto executivo**, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

Art. 6º, XXXIV - **fornecimento e prestação de serviço associado**: regime de contratação em que, além do **fornecimento do objeto**, o contratado responsabiliza-se por sua **operação, manutenção ou ambas**, por tempo determinado;

É vedada a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 18, para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, em que é possível a especificação do objeto ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico (art. 43, § 1º).

No caso da **contratação integrada** (art. 43, §§ 2º e 3º):

- a Administração é dispensada da elaboração de projeto básico, hipótese em que deverá ser elaborado anteprojeto.
- após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico.

Nos regimes de **contratação integrada e semi-integrada**, o edital e o contrato, sempre que for o caso, deverão prever as providências necessárias para a efetivação de **desapropriação** autorizada pelo poder público, bem como (art. 43, § 4º):

- I - o responsável por cada fase do procedimento expropriatório;
- II - a responsabilidade pelo pagamento das indenizações devidas;



III - a estimativa do valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, inclusive de custos correlatos;

IV - a distribuição objetiva de riscos entre as partes, incluído o risco pela diferença entre o custo da desapropriação e a estimativa de valor e pelos eventuais danos e prejuízos ocasionados por atraso na disponibilização dos bens expropriados;

V - em nome de quem deverá ser promovido o registro de imissão provisória na posse e o registro de propriedade dos bens a serem desapropriados.

Na **contratação semi-integrada**, o **projeto básico poderá ser alterado, mediante prévia autorização da Administração**, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico (art. 43, § 5º).

## Serviços em Geral

O art. 6º traz a seguinte definição de serviço:

*Art. 6º, XI - **serviço**: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;*

São princípios a serem atendidos nas licitações de serviços (art. 47):

I - da **padronização**, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do **parcelamento**, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, devendo ser considerados em sua aplicação:

- a responsabilidade técnica;
- o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;
- o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

É permitido que sejam objeto de **execução por terceiros** as atividades materiais **acessórias, instrumentais ou complementares** aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, **vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado** (art. 48):



- I - indicar **pessoas expressamente nominadas** para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- II - fixar **salário inferior** ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- III - estabelecer **vínculo de subordinação** com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;
- IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo **reembolso dos salários pagos**;
- V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a **execução de tarefas fora do escopo** do objeto da contratação;
- VI - prever em edital exigências que constituam **intervenção indevida** da Administração na gestão interna do contratado.

Durante a vigência do contrato de terceirização, é **vedado** ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, **até o terceiro grau**, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação (art. 48, parágrafo único).

Mediante justificativa expressa e desde que essa contratação não implique perda de economia de escala, a Administração poderá contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço, mantendo o controle individualizado da execução do objeto contratual relativamente a cada um dos contratados, quando (art. 49):

- I - o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado; e
- II - a múltipla execução for conveniente para atender à Administração.

## Locação de Imóveis

A locação de imóveis deverá ser **precedida de licitação e avaliação prévia** do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações e do prazo de amortização dos investimentos necessários (art. 51).

Ressalva-se a locação de imóvel cujas características de instalações e localização tornem necessária a sua escolha, devendo ocorrer por inexigibilidade.

## Licitações Internacionais

As licitações internacionais são assim definidas no art. 6º da Lei:



*Art. 6º, XXXV - **licitação internacional**: licitação processada em território nacional na qual é admitida a participação de licitantes estrangeiros, com a possibilidade de cotação de preços em moeda estrangeira, ou licitação na qual o objeto contratual pode ou deve ser executado no todo ou em parte em território estrangeiro;*

As regras para as licitações internacionais constam no art. 52 da Lei, dentre as quais destacamos as seguintes:

- O edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.
- Quando for permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, o licitante brasileiro igualmente poderá fazê-lo.

Nesse caso, o pagamento feito ao licitante brasileiro eventualmente contratado será efetuado em moeda corrente nacional.

- As garantias de pagamento ao licitante brasileiro serão equivalentes às aquelas oferecidas ao licitante estrangeiro.
- O edital não poderá prever condições de habilitação, classificação e julgamento que constituam barreiras de acesso ao licitante estrangeiro, admitida a previsão de margem de preferência para bens produzidos no País e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras.

## Divulgação do edital de licitação

A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** (art. 54).

- É **obrigatória** também a publicação de extrato do edital no **Diário Oficial** da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em **jornal diário de grande circulação** (art. 54, § 1º).
- É **facultada** a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em **sítio eletrônico oficial** do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim (art. 54, § 2º).
- Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no PNCP e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio eletrônico oficial, os



documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos (art. 54, § 3º).

Obrigatória	Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)
	Diário Oficial
	Jornal diário de grande circulação
Facultativa	Sítio eletrônico oficial

## Apresentação de propostas e lances

Consolidamos no quadro a seguir os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir **da data de divulgação do edital** de licitação (art. 55):

Objeto	Critérios	Prazo
Aquisição de bens	Quando adotados os critérios de julgamento de <b>menor preço</b> ou <b>maior desconto</b>	8 dias úteis
	Demais hipóteses	15 dias úteis
Serviços e obras	Quando adotados os critérios de julgamento de <b>menor preço</b> ou de <b>maior desconto</b> , no caso de <b>serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia</b>	10 dias úteis
	Quando adotados os critérios de julgamento de <b>menor preço</b> ou de <b>maior desconto</b> , no caso de <b>serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia</b>	25 dias úteis





	Quando o regime de execução for de <b>contratação integrada</b>	60 dias úteis
	Quando o regime de execução for o de <b>contratação semi-integrada</b> ou nas <b>demais hipóteses</b> não abrangidas nas opções acima.	35 dias úteis
<b>Leilão</b>	Critério de julgamento de <b>maior lance</b>	15 dias úteis
Licitação em que se adote o critério de julgamento de <b>técnica e preço</b> ou de <b>melhor técnica</b> ou <b>conteúdo artístico</b>		35 dias úteis

## Modificação no edital

No caso de eventuais modificações no edital (art. 55, § 1º):

- Deve haver nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais.
- Exceção: Quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## Licitações no âmbito do SUS, realizados pelo Ministério da Saúde

No caso de licitações realizadas pelo **Ministério da Saúde**, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), os prazos do quadro acima poderão, mediante decisão fundamentada, ser **reduzidos até a metade** (art. 55, § 2º).

## Modos de disputa

O **modo de disputa** poderá ser, isolada ou conjuntamente (art. 56):

- I - **aberto**, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;
- A sua utilização é **vedada** quando adotado o critério de julgamento de **técnica e preço** (art. 56, § 2º).



II - **fechado**, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.

- A sua **utilização isolada é vedada** quando adotados os critérios de julgamento de **menor preço ou de maior desconto** (art. 56, § 1º).

Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações (art. 56, § 4º).

São considerados lances intermediários (art. 56, § 3º):

- I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance;
- II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

Ou seja, os lances intermediários são aqueles que não são suficientes para buscar ser vencedor do certame, mas sim para melhorar a classificação. Isso se torna útil nas situações em que ocorre a convocação dos demais licitantes, as quais veremos mais a frente.

## Intervalo mínimo de diferença de valores

O edital de licitação poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta (art. 57).

## Garantia de proposta

Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de **garantia de proposta**, como requisito de pré-habilitação (art. 58).

- A garantia de proposta **não poderá ser superior a 1%** do valor estimado para a contratação.
- A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a **recusa em assinar** o contrato ou a **não apresentação dos documentos** para a contratação.
- A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades:
  - I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;



- II - seguro-garantia;
- III - fiança bancária;
- IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

## Julgamento

As propostas serão desclassificadas quando (art. 59):

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

É possível fazer a verificação da conformidade das propostas exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º).

No caso de **obras e serviços de engenharia**:

- Serão consideradas **inexequíveis** as propostas cujos valores forem **inferiores a 75%** do valor orçado pela Administração (art. 59, § 4º).
- Será exigida **garantia adicional** do licitante vencedor cuja proposta for **inferior a 85%** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis (art. 59, § 5º).

## Empate entre propostas

Em caso de **empate** entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60):

- I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;



III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

As regras acima não prejudicam a aplicação da preferência de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em caso de empate, prevista no art. 44 da LC 123/2006 (art. 60, § 2º).

Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º):

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação (prática sustentável definida na Lei 12.187/2009 que busca reduzir o uso de recursos e emissões).

## Negociação com o primeiro colocado

Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado (art. 61).

- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 61, § 1º).

- A negociação será conduzida por agente de contratação ou comissão de contratação, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório (art. 61, § 2º).

## Habilitação

A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em (art. 62):

I - jurídica;



II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

Disposições acerca da fase de habilitação (art. 63):

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas;

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;**

- quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento (art. 64, § 2º).

III - serão exigidos os documentos relativos à **regularidade fiscal**, em qualquer caso:

- somente em momento posterior ao julgamento das propostas; e

- apenas do licitante mais bem classificado.

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia (art. 63, § 2º).

- O edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (art. 63, § 3º).

- Se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados (art. 63, § 4º).

Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos**, salvo em sede de diligência, para (art. 64):



I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, § 1º).

### Habilitação jurídica

Visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação (art. 66):

- a) de existência jurídica da pessoa; e
- b) quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

### Habilitação técnica

A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a (art. 67):

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade (art. 67, § 12).

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios da avaliação realizada em contratações anteriores;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;



V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Os profissionais indicados dos incisos I e III (acima citados) deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (art. 67, § 6º).

A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação (art. 67, § 1º).

É admitida a exigência de atestados com **quantidades mínimas de até 50%** das parcelas, **vedadas limitações** de tempo e de locais específicos relativas aos atestados (art. 67, § 2º).

Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 anos (art. 67, § 5º).

### Habilitações fiscal, social e trabalhista

Serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos (art. 68):

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento da proibição constitucional (art. 7º, XXXIII) de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.





Convém destacar que o STF entende que é constitucional a exigência de apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nos processos licitatórios como requisito de comprovação de regularidade trabalhista<sup>2</sup>.

### Habilitação econômico-financeira

Visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório.

Será restrita à apresentação da seguinte documentação (art. 69):

- I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais;

Esses documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 anos (art. 69, § 6º).

- II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

É **vedada** a exigência pela Administração de (art. 69, § 2º):

- I - valores mínimos de **faturamento** anterior; e
- II - de índices de **rentabilidade** ou **lucratividade**.

Nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de **capital mínimo** ou de **patrimônio líquido mínimo** equivalente a **até 10%** do valor estimado da contratação.

É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação (art. 69, § 5º).

### Encerramento da licitação

Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá (art. 71):

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

---

<sup>2</sup> STF – ADIs 4716 e 4742.

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º).

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º).

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º).



## QUESTÕES ESTRATÉGICAS

*Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.*

*A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.*



1. (Instituto AOCP/2023/IF-MA/Assistente em Administração) De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta, é denominada

- a) contratado;
- b) licitante;
- c) autoridade;
- d) contratante;
- e) administração pública.

### Comentários

Todos os conceitos listados nas alternativas encontram-se definidos no artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, sendo aquele que corresponde ao enunciado da questão a letra B, licitante:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)



III - **Administração Pública**: administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas; (Letra E - **incorreta**)

(...)

VI - autoridade: agente público dotado de poder de decisão; (Letra C - **incorreta**)

VII - contratante: pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação; (Letra D - **incorreta**)

VIII - contratado: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração; (Letra A - **incorreta**)

IX - licitante: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta; (Letra B - **correta**)

**Gabarito: Letra B.**

**2. (Instituto AOCP/2023/IF-MA/Assistente em Administração) Um dos princípios que devem ser observados na aplicação da lei de licitações, Lei nº 14.133/2021, é o princípio**

- a) de que o comércio precisa ser bom para todos;
- b) de que pessoas racionais pensam na margem;
- c) do desenvolvimento nacional sustentável;
- d) da dignidade da pessoa humana;
- e) do contraditório e da ampla defesa.

### Comentários

A Lei nº 14.133/2021 em seu artigo 5º enumera diversos princípios que devem ser observados na aplicação dessa, sendo a alternativa C, desenvolvimento nacional sustentável, a única alternativa que se encontra listada:



Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do **desenvolvimento nacional sustentável**, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

**Gabarito: Letra C.**

3. (Instituto AOCP/2023/UFRB/Assistente - Administração) Um assistente administrativo de um órgão público precisa realizar a aquisição de materiais de escritório para suprir as necessidades de diversas unidades. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, que trata das novas normas para licitações e contratos administrativos, qual é a modalidade de licitação adequada para essa situação?

- a) Concorrência.
- b) Tomada de Preços.
- c) Convite.
- d) Pregão.
- e) Leilão.

### Comentários

Inicialmente cabe destacar que as modalidades licitatórias tomada de preços e convite não estão previstas na Lei nº 14.133/2021, de forma que podemos eliminar as letras B e C.

Materiais de escritório, como os citados no enunciado, são considerados **bens comuns**, logo a modalidade a ser adotada é o pregão, letra D, conforme inciso XLI do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021:

XLI - **pregão**: modalidade de licitação obrigatória para **aquisição de bens e serviços comuns**, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

**Gabarito: Letra D.**



4. (Instituto AOCP/2022/EMBASA/Assistente de Saneamento) No desempenho das atividades na EMBASA, consta a realização de compras segundo normas determinadas pela Lei nº 14.133/2021 e você está incumbido de realizar uma aquisição de um item cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Nesse caso, você estará fazendo a aquisição de

- a) obra.
- b) serviço.
- c) bens e serviços comuns.
- d) bens e serviços especiais.
- e) serviços e fornecimentos contínuos.

### Comentários

A questão traz a descrição de bens e serviços comuns, letra C, conforme inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021:

*XI - **serviço**: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração; (Letra B – **incorreta**)*

*XII - **obra**: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel; (Letra A – **incorreta**)*

*XIII - **bens e serviços comuns**: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado; (Letra C – **correta**)*

*XIV - **bens e serviços especiais**: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante; (Letra D – **incorreta**)*

*XV - **serviços e fornecimentos contínuos**: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas; (Letra E – **incorreta**)*

**Gabarito: Letra C**



5. (Instituto AOCP/2022/EMBASA/Assistente de Saneamento) Assinale a alternativa que apresenta uma das aplicações da Lei nº 14.133/2021.

- a) Contratações de obras e serviços de engenharia e arquitetura.
- b) Contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria.
- c) Contratações que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo.
- d) Contratação de gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro.
- e) Concessão de garantias relacionadas a esses contratos de crédito ou de gestão de dívida pública.

### Comentários

A alternativa que traz uma hipótese de aplicação da Lei nº 14.133/2021 é a letra A, conforme inciso VI do artigo 2º dessa Lei:

*Art. 2º Esta Lei aplica-se a:*

*(...)*

*VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia;*

As demais alternativas estão entre as hipóteses não subordinadas à Lei nº 14.133/2021, conforme artigo 3º:

*Art. 3º Não se subordinam ao regime desta Lei:*

*I - contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos; (Letras C, D e E – **incorretas**)*

*II - contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria. (Letra B – **incorreta**)*

**Gabarito: Letra A.**

6. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria) De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), o processo licitatório tem por objetivo





- a) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para o fornecedor do produto e para o prestador do serviço contratado.
- b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- c) evitar contratações com subpreço.
- d) incentivar todo tipo de parceria entre os agentes públicos e as pessoas jurídicas de direito privado.
- e) permitir que a Administração Pública fiscalize e controle a qualidade dos serviços e dos produtos ofertados pelas empresas privadas.

### Comentários

Os objetivos do processo licitatório estão listados no artigo 11 da Lei nº 14.133/2021, estando de acordo com um deles a letra B:

*Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:*

*I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso **para a Administração Pública**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; (Letra A – **incorreta**)*

*II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; (Letra B – **correta**)*

*III - evitar contratações com **sobrep preço** ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; (Letra C – **incorreta**)*

*IV - incentivar a inovação e o **desenvolvimento nacional sustentável**. (Letra D – **incorreta**)*

Em relação à letra E, veja que o processo licitatório não tem como objetivo fiscalizar e controlar a qualidade do que for ofertado pelas empresas privadas, mas garantir que a aquisição pública seja feita da melhor forma para atender os interesses públicos.

**Gabarito: Letra B.**

**7. (Instituto AOCP/2022/IF-MS/Assistente - Administração) Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta das fases do processo licitatório conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021.**



- a) Preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de habilitação; de julgamento; recursal; de homologação.
- b) Preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação; de homologação; recursal.
- c) De divulgação do edital de licitação; preparatória; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação; recursal; de homologação.
- d) Preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação; recursal; de homologação.
- e) De divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; preparatória; de julgamento; de habilitação; recursal; de homologação.

### Comentários

A alternativa que traz corretamente a sequência das fases da licitação é a letra D, conforme artigo 17 da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:*

*I - preparatória;*

*II - de divulgação do edital de licitação;*

*III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;*

*IV - de julgamento;*

*V - de habilitação;*

*VI - recursal;*

*VII - de homologação.*

*§ 1º A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.*

Importante ressaltar que a fase de habilitação pode vir a anteceder a fase de apresentação de propostas e lances e julgamento, mas ainda assim a única resposta de acordo com o exposto acima é a letra D.



Gabarito: Letra D.

8. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria - Contábil) A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul pretende contratar determinado software de uso extremamente específico para entidade com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades.

O objeto a ser contratado atende às seguintes condições:

- inovação tecnológica ou técnica;
- impossibilidade de o órgão ou a entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e
- impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração.

Considerando essas informações e a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que apresenta corretamente a modalidade de licitação a ser utilizada pelo órgão.

- a) Concorrência.
- b) Pregão.
- c) Concurso.
- d) Leilão.
- e) Diálogo Competitivo.

### Comentários

A questão faz referência à modalidade licitatória diálogo competitivo, letra E, conforme artigo 32 da Lei nº 14.133/2021:

**Art. 32. A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração:**

**I - vise a contratar objeto que envolva as seguintes condições:**

- a) inovação tecnológica ou técnica;**
- b) impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e**



*c) impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração;*

*II - verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para os seguintes aspectos:*

*a) a solução técnica mais adequada;*

*b) os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida;*

*c) a estrutura jurídica ou financeira do contrato;*

**Gabarito: Letra E.**

**9. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Auxiliar Técnico) Determinado município divulgou edital de licitação para a construção de uma nova escola pública. A Construtora Alfa, interessada na execução da obra, vai participar do processo licitatório, mas tem dúvidas de como prosseguir. Com base no caso apresentado e na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.**

a) A Construtora Alfa deverá apresentar proposta no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação.

b) A Construtora Alfa deverá apresentar proposta no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação.

c) A Construtora Alfa deverá apresentar proposta no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação.

d) A Construtora Alfa deverá apresentar proposta no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação.

e) A Construtora Alfa deverá apresentar proposta no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação.

### Comentários

Os prazos mínimos para a apresentação das propostas estão elencados no artigo 55 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a construção de uma nova escola como apresentado pela questão se enquadra como obras e serviços comuns de engenharia, e o prazo é de 10 dias contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, letra B:



Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

*I - para aquisição de bens:*

*a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;*

*b) 15 (quinze) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea “a” deste inciso;*

*II - no caso de serviços e obras:*

*a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;*

*b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia;*

*c) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada;*

- *d) 35 (trinta e cinco) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada ou nas hipóteses não abrangidas pelas alíneas “a”, “b” e “c” deste inciso;*

*III - para licitação em que se adote o critério de julgamento de maior lance, 15 (quinze) dias úteis;*

*IV - para licitação em que se adote o critério de julgamento de técnica e preço ou de melhor técnica ou conteúdo artístico, 35 (trinta e cinco) dias úteis.*

**Gabarito: Letra B.**

**10. (Instituto AOCP/2022/IF-MS/Assistente) Assinale a alternativa que apresenta apenas critérios de julgamento das propostas no processo licitatório de acordo com a Lei nº 14.133/2021.**

- a) Concorrência, maior desconto e técnica e preço.
- b) Maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico e maior retorno econômico.
- c) Diálogo competitivo, melhor técnica ou conteúdo artístico e maior retorno econômico.



- d) Leilão, maior retorno econômico e técnica e preço.
- e) Pregão, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico.

### Comentários

Os critérios de julgamento estão listados no artigo 33 da Lei nº 14.133/2021, estando apenas a letra B de acordo com eles:

*Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:*

*I - menor preço;*

*II - maior desconto;*

*III - melhor técnica ou conteúdo artístico;*

*IV - técnica e preço;*

*V - maior lance, no caso de leilão;*

*VI - maior retorno econômico.*

As demais alternativas apesar de apresentarem critérios de julgamento, também trouxeram algumas modalidades licitatórias:

- a) ~~Concorrência~~, maior desconto e técnica e preço.
- c) ~~Diálogo competitivo~~, melhor técnica ou conteúdo artístico e maior retorno econômico.
- d) ~~Leilão~~, maior retorno econômico e técnica e preço.
- e) ~~Pregão~~, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico.

**Gabarito: Letra B**



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

### Perguntas

1. Qual é a abrangência da Lei nº 14.133/2021?
2. Quais princípios deverão ser observados na aplicação da Lei nº 14.133/2021?
3. Qual a definição do sistema de registro de preços atribuída pela Lei nº 14.133/2021?
4. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quais informações terão sua publicidade diferida?
5. No que diz respeito as fases observadas no processo licitatório, qual a sua nova sequência, de acordo com a Lei nº 14.133/2021?
6. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, é facultativa a contemplação de matriz de riscos nas contratações de obras e serviços de grande vulto?
7. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o edital poderá regulamentar a exigência de um percentual mínimo de mão de obra específica na execução de projetos?
8. No que diz respeito ao leilão, a Lei nº 14.133/2021 assegura a possibilidade de este ser cometido a servidor designado por autoridade da administração?
9. Segundo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quais são os critérios utilizados para o julgamento das propostas apresentadas no processo de licitação?
10. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, como será o julgamento do maior retorno econômico?
11. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o edital de licitação poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances?

### Perguntas com respostas

1. Qual é a abrangência da Lei nº 14.133/2021?

A referida lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange: os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa; além dos fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública (art. 1º, *caput* e incisos I e II).





## 2. Quais princípios deverão ser observados na aplicação da Lei nº 14.133/2021?

Serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) (art. 5º).

## 3. Qual a definição do sistema de registro de preços atribuída pela Lei nº 14.133/2021?

É o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras (art. 6º, XLV).

## 4. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quais informações terão sua publicidade diferida?

A publicidade será diferida (art. 13, parágrafo único):

- a) quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
- b) quanto ao orçamento da Administração, nos termos do art. 24 da Lei.

## 5. No que diz respeito as fases observadas no processo licitatório, qual a sua nova sequência, de acordo com a Lei nº 14.133/2021?

O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência (art. 17):

- a) preparatória;
- b) de divulgação do edital de licitação;
- c) de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
- d) de julgamento;
- e) de habilitação;
- f) recursal; e
- g) de homologação.

## 6. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, é facultativa a contemplação de matriz de riscos nas contratações de obras e serviços de grande vulto?

Não é facultativa. Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado (art. 22, § 3º).



**7. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o edital poderá regulamentar a exigência de um percentual mínimo de mão de obra específica na execução de projetos?**

Sim, será possível, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por: mulheres vítimas de violência doméstica; e oriundos ou egressos do sistema prisional (art. 25 § 9º).

**8. No que diz respeito ao leilão, a Lei nº 14.133/2021 assegura a possibilidade de este ser cometido a servidor designado por autoridade da administração?**

Sim, o leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais (art. 31).

**9. Segundo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quais são os critérios utilizados para o julgamento das propostas apresentadas no processo de licitação?**

O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios (art. 33):

- a) menor preço;
- b) maior desconto;
- c) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- d) técnica e preço;
- e) maior lance, no caso de leilão; e
- f) maior retorno econômico.

**10. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, como será o julgamento do maior retorno econômico?**

O julgamento por maior retorno econômico, utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considerará a maior economia para a Administração, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato (art. 39).

**11. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o edital de licitação poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances?**

Sim, o edital de licitação poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta (art. 57).



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.